

# humanitas

Vol. LVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# HUMANITAS

Vol. LVI • MMIV



acréscimo de valor documental que a torna um precioso auxiliar para quem deseja conhecer em profundidade a sociedade portuguesa do século XVII.

Na estrutura da obra, António de Macedo está em constante interacção com os textos dos autores antigos que tão bem conhece, não só do intertexto clássico pagão como do intertexto bíblico e cristão, cujos autores António de Macedo relaciona, sempre que pode, com a própria história de Portugal, numa visão típica do pensamento político da época, como era o providencialismo.

Que o texto tenha sido escrito em língua castelhana e não portuguesa, e o livro dedicado a Filipe II de Espanha não pode desmerecer os objectivos do autor, que consistiam em enaltecer as *excelências* dos portugueses, ainda que concedidas pelo autor como *Flores de España*, e fazê-lo numa língua que considerava mais conhecida em toda a Europa (p. 235). Esta concessão à presente situação política de dependência efectiva não impediu António de Macedo de proferir as mais directas críticas à responsabilidade do rei sobre os infortúnios de Portugal (p. 24), nem de recordar as acções heroicas dos reis de Portugal até D. Sebastião (omitindo assim a dinastia filipina. Vd. p. 232 v<sup>o</sup> ss.), nem mesmo de afirmar que Portugal era uma Monarquia soberana, e que não reconhecia o reino de Leão e Castela por superior (p. 35 e 35 v-).

A introdução do *fac simile*, de Pedro da Costa de Sousa de Macedo, além de ser ilustrada por alguns retratos dos seus familiares, beneficiou ainda do facto de o autor possuir nos seus arquivos privados alguns documentos relativos ao seu avoengo, cujos rostos publica. O texto do *fac simile* retoma a edição da obra, publicada em Lisboa, nas oficinas de João Álvares, em 1631.

Margarida Miranda

MACEDO, Francisco de Santo Agostinho de (1596-1681): *Philippica Portuguesa contra la invectiva castellana*. / P.M. Fr. Francisco de S. Agustín; introd. de Carlota de Miranda Urbano. - Fac Símile (Lisboa, Alcalá, 2003). - XII, 287 p. ISBN 9728673108.

Na mesma oficina de João Álvares, em Lisboa, publicou-se em 1645 outra obra de conteúdo autonomista mas de pendor mais polémico, da autoria do P. Francisco de Santo Agostinho de Macedo. Tendo conhecido uma única edição, a obra repousava portanto no interior das Bibliotecas, até que a Alcalá decidiu ressuscitá-la.

Autor de vasta produção literária e senhor de uma longa carreira como mestre de Retórica, de Filosofia, de Teologia, como poeta neolatino, mas também como diplomata, pregador e historiador, Francisco de Santo Agostinho de

Macedo ficou conhecido nas letras principalmente pela versão latina que realizou da epopeia de Camões (*A Lusíada*), que veio a ser publicada em 1880. A *Philippica Portuguesa contra la invectiva castellana*, porém, não é menos importante no domínio da literatura autonomista do período da Restauração, pois naquela causa colectiva, a que aderiram populares e universitários, mestres, sacerdotes e poetas, juristas e missionários, ela constitui uma obra de referência

A obra de Frei Francisco de Macedo foi composta, como o próprio título indica, sob a inspiração remota das *Philippicae Orationes* de Cícero. Mas torna-se ainda mais evidente o ascendente das *Filipicas* que Demóstenes escreveu contra Filipe da Macedônia (Cf. *Prologo al Lector*).

A introdução que precede a obra não só resume em breves páginas as longas peripécias da fascinante biografia do autor, como expõe de forma clara os antecedentes necessários à sua compreensão (as circunstâncias da sua génese, tendo em conta a carreira diplomática do autor) e as várias partes que integram o texto. Este destinava-se a refutar, argumento por argumento, todo o conteúdo da *Invectiva Castellana*. Assim, no início de cada capítulo da *Philippica Portuguesa* o autor cita cuidadosamente os argumentos do seu rival, a fim de legitimar e dotar do máximo de autoridade a figura régia de D. João IV (a quem se dirige a *Epístola Dedicatória*.) e a Casa de Bragança.

Depois do *Prologo al Lector*, que ocupa cerca de 3 páginas, o autor evoca a autoridade de outros autores que sustentaram polémicas contra os seus opositores (Santo Agostinho, S. Jerónimo, S. Basílio) e procede a uma apreciação global da obra castelhana. Para o leitor actual é extremamente útil a leitura prévia das pp. 5-20, que encerram um resumo da obra em duas colunas, de forma a poderemos cotejar a proposta castelhana de um lado e a refutação portuguesa do outro.

É preciso ler os 46 capítulos que compõem a obra para termos uma noção real da sua importância para o conhecimento do pensamento política da Restauração e de uma das principais vias de fundamentação da soberania da Casa de Bragança: a fundamentação religiosa, que criou e recuperou alguns mitos nacionais como o Sebastianismo, o Milagre de Ourique e o Quinto Império.

No entanto a leitura mítica e sagrada que o autor faz dos acontecimentos não o impediu de tecer duras acusações ao governo de Filipe II e a toda a conduta da geração filipina, nem de evocar D. João II como a figura do Rei perfeito. Mesmo assim, Frei Francisco de Macedo termina a sua obra com um desejo de reconciliação entre as duas coroas, e um apelo aos Príncipes da Igreja e ao Sumo Pontífice, para que se restabeleça a paz entre os Príncipes desavindos.

Margarida Miranda